

RECEPÇÃO MEDIÁTICA E PRÁTICAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO: PROCESSOS EM MUTAÇÃO E REARTICULAÇÃO*

MEDIA RECEPTION AND PUBLIC COMMUNICATION PRACTICES:
PROCESSES UNDERGOING MUTATION AND RE-ARTICULATION

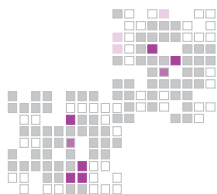
RECEPCIÓN MEDIÁTICA Y PRÁCTICAS PÚBLICAS DE COMUNICACIÓN:
EL PROCESO DE CAMBIO Y REARTICULACIÓN



Mauro Wilson de Souza

■ Professor e pesquisador junto ao Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Brasil. Autor/Organizador de *Sujeito, o lado oculto do receptor* (São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995); e de *Recepção mediática e espaço público - Novos Olhares* (São Paulo: Ed. Paulinas, 2006).

■ E - mail: mwsousa@usp.br



* Texto revisado e ampliado, originalmente apresentado no X Congresso ALAIC, setembro de 2010, GT/Recepção, Bogotá, Colômbia.

RESUMO

O presente texto tem como objeto o tema das práticas de recepção em comunicação. Indaga como a dupla mediação entre técnica e sociedade se desenvolveu ontem, no âmbito da comunicação massiva, e hoje, na configuração pós-massiva e horizontal da comunicação. Essas reflexões, ao indicarem o lugar mediador da tecnologia em comunicação na construção de práticas públicas de pertencimento ao comum mediatizado, bem como a contextualidade da sociedade em mutação, sinalizam sobre processos de mutação e de rearticulação envolvendo o tema-objeto da recepção em comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: RECEPÇÃO MEDIÁTICA; PRÁTICAS PÚBLICAS; PERTENCIMENTO.

ABSTRACT

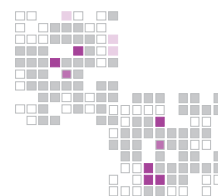
This paper is focused on the issue of reception practices in communication. It asks how the dual mediation between technique and society was developed in the past, in the context of mass-oriented communication, and presently in the establishment of post-mass-oriented and horizontal communication. These reflections, when indicating the mediating role of communication technology in the construction of public practice of belonging to what is mediated commonly, and the contextualization of the changing society, signal to the processes of mutation and re-articulation involving the purpose of reception in communication.

KEYWORDS: MEDIA RECEPTION; PUBLIC PRACTICE; BELONGING

RESUMEN

El presente texto tiene como objetivo el tema de las prácticas de recepción en comunicación. Indaga como la doble mediación entre técnica y sociedad se desarrolló ayer, en el ámbito de la comunicación masiva, y hoy, en la configuración pos-masiva y horizontal de la comunicación. Esas reflexiones, al indicaren el lugar mediador de la tecnología en comunicación en la construcción de prácticas públicas de pertenencia a lo común mediatizado, bien como la contextualización de la sociedad en mutación, señalan los procesos de mutación y de rearticulación envolviendo el tema-objeto de la recepción en comunicación.

PALAVRAS CLAVE: RECEPCIÓN MEDIÁTICA; PRÁCTICAS PÚBLICAS; PERTENENCIA.



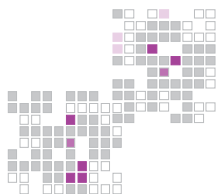
A dupla mediação

A relação entre indivíduo e sociedade é desde sempre objeto nuclear de indagações das Ciências Humanas e Sociais tanto quanto é empiricamente por onde tensões e desafios os mais diversos fazem dessa relação uma fonte permanente de conflitos. A presença da comunicação mediada pelas ferramentas e suportes que a caracterizam ao longo dos últimos séculos é um dos elementos que permeia não só a relação entre técnica e comunicação, como a relação mesma entre indivíduo e sociedade.

Não é difícil reconhecer nos dias atuais a presença da técnica em todos os campos do conhecimento e da atividade humana. Qualificar essa presença se coloca, no entanto, como uma questão de debates que permeiam a filosofia como a ciência. Já em sua concepção como ferramenta ela tem como constitutivo a instrumentalidade na transformação de objetos. As razões sociais de seu uso, o discurso que a motiva em seu uso científico e estético, faz dela o que se denomina como tecnologia. Se a dimensão de instrumentalidade é, pois, inerente à técnica, está aí a matriz do porque ao se constituir como tecnologia carrega um potencial político, a possibilidade de atuação e transformação na esfera material e objetiva tanto quanto na incorporação de valores culturais, políticos e ideológicos. Essa sua não neutralidade indica seu nexo valorativo derivado de razões que na contextualidade histórica de sua presença e uso a motivam e a colocam como ator social e político. Está, pois, sempre presente a relação técnica e sociedade, em nexos suscetíveis de qualificação segundo tempo e espaços dados. Isso explica a indagação sobre seu lugar de determinação ou de mediação, não só na esfera da produção econômica, mas em todas as dimensões onde se insere e pelas ferramentas de que se serve (Heidegger, 2002; Lemos, 2002; Miège, 2007; Rüdiger, 2006).

A questão é tanto mais complexa e atual quando se refere ao contexto mais amplo da história dos

séculos recentes, quando revoluções no âmbito da técnica se deram em fluxos e contextualidades, como o da expansão da modernidade capitalista e, já nos dias atuais, das manifestações do que se denomina de modernidade tardia, bem como no contexto de práticas culturais que se multiplicam em diversificação e pluralidade, tanto quanto na definição de seus lugares políticos e sociais. Enfim, se a técnica se configura como indagação em todos os âmbitos onde se insere, o mesmo se dá na compreensão da modernidade capitalista que tem sobretudo marcado o contexto estruturante do sistema social contemporâneo. Termos como crise, mudanças, mutações e rupturas têm sido hoje utilizados para sinalizar que a racionalidade que sustentou a modernidade, a relação meios-fins, a dimensão do tempo assumida na perspectiva de progresso, tanto quanto a consolidação de uma organização social desde instituições mantenedoras e indicadoras do devir, começam a ser questionados. A racionalidade que sustentou razão e técnica e as perspectivas da liberdade, da igualdade e da fraternidade não estariam mais iluminando as utopias sociais, ao contrário, propiciariam hoje um movimento para o presente, para uma liberdade que não se move para o social distante, mas para o individual ativo e presente no tempo cotidiano. As utopias se reinventam para o tempo presente. Traços como esses acabam apontando que o âmbito da mutação do sistema social não se restringe a uma dimensão revolucionária da estrutura de produção e consumo econômico da modernidade capitalista, mas sinaliza sobre formas e condições de manifestações e proposições valorativas em mutação, âmbito das práticas culturais e políticas, tanto quanto das formas de se conceber e viver a vida. Expressões como modernidade tardia ou pós-modernidade, entre outras, indicariam que esse processo de mudança, se envolve a presença da técnica, também envolve a aplicação e uso dos valores e perspectivas que se delineiam especialmente no âmbito da cultura.



Este é o elemento nuclear do debate, ou seja, a qualificação dos nexos que historicamente colocaram a técnica e seus desdobramentos no âmbito da tecnologia como determinação ou como mediação na construção das práticas sociais. Compreender igualmente como as racionalidades do sistema social mais amplo criam e alimentam historicamente nexos com essas mesmas práticas em intensa relação de texto e contexto.

A perspectiva de qualificar esse processo pelas mediações que o envolvem é instigante inclusive por buscar dar conta dessa tensão no tempo e no espaço histórico de seus processos de desenvolvimento, em contextos como o da vida social contemporânea, onde cada dia mais se reporta à centralidade dos meios de comunicação na vida social e cultural de diferentes formações sociais. Esse tema tem sido retomado na atualidade e em diferentes áreas onde se insere, não só em comunicação, como entre outros campos de estudos, como se aponta em Martín-Barbero (1995), Floris (1991), Chambat (1995). Mediações estão presentes muitas vezes nos próprios atores e em suas diferentes condições e contexto como assinala Williams (1979), ou ainda, na pluralidade de mediadores (Vaz, 2004).

Em Santaella (2007, p. 80) essa questão lhe propiciou a seguinte observação:

Orozco Gomez esclarece que entender o jogo atual da mediação implica abandonar a idéia de que mediações vêm só de meios e são de certa maneira sua extensão. Contra esse reducionismo concebe as mediações como processos estruturantes que provêm de diversas fontes e incidem nos processos de comunicação, formando as interações comunicativas dos atores sociais....ao substituir a relevância que as mediações institucionais típicas do modernismo, tais como a escola e o Estado, desempenhavam para a produção de sentido junto às audiências, a mediação tecnológica atinge hoje uma

importância desmedida, influenciando as mediações cognitivas na medida em que as possibilidades tecnológicas de transmissão e consumo de informação e principalmente de imagens alteram a percepção, o que coloca a percepção no centro das transformações presentes e futuras, no âmbito da comunicação, cada vez mais estimulada pela mediação tecnológica.

É nesse contexto que se destaca aqui a perspectiva de compreensão denominada de “dupla mediação” entre técnica e sociedade, na acepção de Miège (2009), em uma proposição que de imediato se liga a análise do processo da comunicação. Não se limita esta perspectiva ao reconhecimento de que há mediações entre técnica e sociedade, mas assinala-se em especial a busca da inter-relação então criada e que se manifesta no seu enraizamento, ou seja, no interior das práticas sociais. É no interior dessas práticas que o tecido social, cotidianamente sendo construído e atualizado, expressa o enraizamento de valores, ou na acepção de Heller (1972) sobre a vida cotidiana, é nesse espaço que se dá “a hierarquização da condução da vida”.

Uma afirmação de Castoriadis, indicada e debatida por Miège, bem aponta o eixo de sua preocupação: “*Mas o conjunto técnico ele mesmo está privado de sentido, técnico ou qualquer que seja, se o separarmos do conjunto econômico e social...*” (Miège, 2009. p. 9).

Miège reconhece que as novas ferramentas da comunicação, ora denominadas de TICs (tecnologias da comunicação e da informação), ora de Novas Media, se encontram dentro de um estágio de maturidade já observável pela sua presença generalizada em todos os setores da vida produtiva, social e cultural, constituindo-se como componentes da vida cotidiana. Entende, no entanto, que se definiu um discurso cada vez mais evidente de criação de certezas e de evidências sobre essas ferramentas. Isso se manifesta com a antecipação



crescente dos seus usos possíveis e de sua eficácia, bem como com a certeza de que propiciarão resultados sociais e culturais. São discursos antecipatórios que procuram a convergência de redes e ferramentas de relacionamento e que propiciam na verdade conflitos múltiplos na relação com os usuários. Muitas das posturas teóricas interpretativas do lugar dos usuários das novas tecnologias se ressentem dessa maximização antecipatória dos benefícios das novas tecnologias. Na verdade, através dos blogs, do SMS, da web, reproduzem-se com ferramentas novas e dispersas discursos de ontem buscando desde o advento dessas ferramentas os usuários consumidores e os interesses do emissor. Uma lógica que reproduz práticas de controle social do consumo.

Miège entende se posicionar contra o determinismo tecnológico presente nessas práticas, assumindo a hipótese da necessidade de se compreender esse processo no contexto de múltiplas lógicas sociais aí presentes. Não contrapor a técnica e o social, mas dimensioná-los no âmbito do que se denomina de “dupla mediação” (Miège, 2009, p. 47). Reconhece que esta é uma hipótese hoje importante ainda que genérica e insuficiente para possibilitar apreender muitas práticas contemporâneas que envolvem as novas mídias, mesmo que muitos autores tenham chegado a um refinamento analítico apreciável.

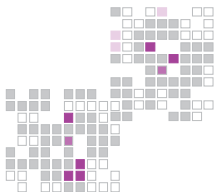
Em um de seus textos assim se expressa a respeito:

Por isso, parece-nos oportuno situarmo-nos no contexto da problemática da ‘dupla mediação’ sobre a qual Josiane Jouët (Jouët, Beaud, Flichy, Paquier e Quéré) escreve que ela “é ao mesmo tempo técnica, pois a ferramenta utilizada estrutura a prática, mas a mediação é também social porque os motivos, as formas de uso e o sentido atribuído à prática se alinham no corpo social” e que resulta numa inter-relação entre o técnico e o social. Essa

problemática se opõe à clássica, do grande compartilhamento entre técnica e o social, e à antropologia das ciências (representada por exemplo por Michel Callon e Bruno Latour) que como modelo da tradução interessou-se antes de tudo pelas alianças entre ciências, técnicas e ação social. (...) As vantagens dessa postura da “dupla mediação” aparecem imediatamente embora seja necessário abrir a abordagem do social. Mais difícil é o trabalho reflexivo que visa a destrinchar aspectos muitas vezes estritamente ligados. No entanto, isso é essencial para a compreensão do que está em jogo.(...) (Miège, 2009, p. 46).

No aprimoramento dessa hipótese sugere três proposições: primeiro, tratar os Novos Media como ferramentas e serviços que contribuem para mutações de fenômenos relevantes de informação e comunicação e não apenas como participantes de mudanças políticas, de sociabilidade, de aparatos organizacionais e de produção comercial; analisar mais do que fatos e circunstâncias, mas a contribuição dos media na evolução da sociedade contemporânea e não reduzi-los a quadros interpretativos de pouca significação; segundo, buscar compreender a temporalidade da técnica, fator quase sempre negligenciado, e fundamental para se entender a tendência da técnica como um movimento. Só utópicos apressados e tecnólogos interessados ignoram essa importância da temporalidade; terceiro, importa ter melhor evidenciada a distinção entre o que é inovação de outros aparatos próximos como os processos de mutação, os de mudança, os de aperfeiçoamento social e cultural envolvidos na relação técnica e sociedade.

Esta perspectiva pode ser uma estratégia metodológica que possibilite apreender no movimento mais imediato das práticas de comunicação na vida cotidiana as sinalizações da relação mais estrutural de como técnica e sociedade se rela-



A racionalidade que sustentou razão e técnica e as perspectivas da liberdade, da igualdade e da fraternidade não estariam mais iluminando as utopias sociais, ao contrário, propiciariam hoje um movimento para o presente [...]

cionam na contemporaneidade de suas próprias mudanças. O lugar das mediações se visualiza não em si mesmas, mas no seu resultante, nas práticas de vida, e que dão sentido estruturante ao tecido social. É uma proposição metodológica instigante e complexa especialmente na qualificação do enraizamento presente nas práticas sociais.

Práticas de comunicação em mutação

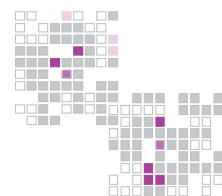
Se essas diferentes questões encontram eco no campo mais amplo da comunicação social, ainda que importe melhor qualificá-las, aqui se restringe ao levantamento de suas possibilidades interpretativas no âmbito mais específico do que tem sido denominado de recepção mediática.

Retome-se a análise de traços que marcaram os estudos da recepção, em especial na tradição norte-americana no início do século. Esses estudos se consolidaram na análise das práticas derivadas das mídias massivas, numa relação direta com o uso e expansão do cinema, do rádio da televisão e da imprensa e que traduziam desde o século passado a experiência generalizada e até então inédita de um processo massivo de comunicação. Assumiu-se uma postura até hoje hegemônica de compreensão da recepção aos meios de comunicação como resultante de uma prévia e como que linear atuação dos media na vida social, uma linearidade já por demais assinaladas especialmente nas implicações apassivadoras que acarreta. Uma linearidade que tem sido marcada pela verticalidade da relação de seus atores, matriz dos interesses que relacionam essa verticalidade a objetivos de poder, em suas mais distintas expressões, objetos e objetivos, matriz igualmente da racionalidade que marca a modernidade enquanto estruturada desde meios e fins e que está

subentendida na denominação das ferramentas técnicas de comunicação como meios.

Atente-se: se os media foram tidos como instrumentos e meios pelo sistema, eles também atuaram como instrumentalizadores de fins buscados no comportamento do receptor/consumidor. A comunicação como processo de vínculos sociais se viu, pois, na confluência do lugar atribuído pelo sistema socioeconômico aos media em seu desenvolvimento e fundamentação. (Martín-Barbero, 1995; Sousa, 1995).

O cuidado na condução crítica desse processo não invalida apontar aspectos que na prática dão a marca da inter-relação então criada entre técnica e sociedade através dos meios massivos de comunicação. A tradição de estudos e práticas de comunicação desde então desenvolvidas, tanto quanto inúmeras experiências de pesquisas, entre outros exemplos, explicitam a preocupação em identificar o lugar das ferramentas e meios da comunicação na qualificação da própria comunicação nos âmbitos da vida pessoal ou social, bem como no campo das organizações e das instituições sociais. Os modos interpretativos resultantes desse esforço ao apontarem o poder instrumental dos media em comportamentos pessoais e coletivos, tanto quanto na sua condução ideológica e de forma massiva, na verdade, reproduziram no âmbito da comunicação a mesma racional de meios e fins que marca o sistema político e econômico que sustenta a modernidade capitalista. Nesse sentido, como já assinalado acima, o modelo epistemológico que define a comunicação estruturada desde o emissor buscando pela mensagem e pelo canal o acesso ao receptor não difere da racional que sustenta o próprio sistema socioeconômico enquanto produção mediada



pela tecnologia em busca igualmente de efeitos no consumo. Sociedades da comunicação e do consumo se interligaram.

Entende-se, pois, como esses aspectos se colocaram como importantes para se afirmar nos dias atuais as dificuldades interpretativas do que se denomina de teorias da comunicação social no âmbito da comunicação massiva, como que exauridas em seu potencial interpretativo, e mesmo no que se refere às práticas de recepção mediática (Martín-Barbero, 1995; Marcondes Filho, 1990; Escosteguy, 2008).

Esses estudos foram igualmente marcados pela crítica frankfurtiana e a advertência das consequências advindas na dimensão massiva aí resultante não só quanto ao consumo de bens como no que se refere aos valores que sustentam as práticas culturais (Martín-Barbero, 1995, p. 39).

Dois aspectos se colocaram, no entanto, nas últimas décadas, com a perspectiva de novos olhares a respeito: de um lado, as possibilidades advindas dos estudos culturais ingleses, em especial na versão assumida na América Latina e, de outro lado, o desenvolvimento e expansão generalizada de tecnologias da informação e da comunicação, também chamadas de tecnologias horizontais ou tecnologias pós-massivas e que propiciaram diferentes processos de qualificação das práticas de comunicação.

Os estudos culturais têm apontado um deslocamento possível e metodologicamente desafiador: compreender a comunicação não a partir do emissor, mas das práticas que no mundo da cultura permeiam a recepção, e que propiciam identificar o receptor/ator no espaço das múltiplas mediações aí possíveis. (Martín-Barbero, 1997). A dimensão da cultura, a um só tempo diversa e plural, estrutura na verdade mais do que uma nova relação de mediação entre técnica e comunicação, como indica as possibilidades de práticas que habilitam o receptor envolvendo-o em sua subjetividade e sua identidade.

A presença crescente das tecnologias horizontais reforça essa possibilidade metodológica dos estudos culturais em sua acepção assumida na América Latina, ainda que na multiplicidade de aparatos tecnológicos permeando essas mesmas práticas, cada vez mais plurais, e também cada vez mais convergentes ou acumulativas (Jenkins, 2009).

Por outro lado, temas e questões como a emergência da sociedade pós-industrial, a mundialização da cultura e a globalização da economia sinalizam que há um processo social mais amplo em mutação e que se manifesta nas práticas de vida cotidiana individual e coletiva. Há, hoje, um novo contexto de desenvolvimento tecnológico, com múltiplas ferramentas, estratégias e dispositivos de usos cada vez mais generalizados

Em síntese, há indicadores de uma sociedade em trânsito acelerado nos dias atuais e o processo da comunicação está presente nesse mesmo contexto. Há um processo que envolve a mediação de diferentes media, mas não se ateriam a eles como aconteceu no passado, como fim em si mesmo, mas como mediação na relação entre indivíduo e sociedade.

Assim, a questão assume outras direções interpretativas diante da configuração contemporânea da comunicação sendo marcada pela conectividade ao mesmo tempo que pelo contexto valorativo da sociedade pós-moderna. Essa nova configuração talvez possa ser sintetizada na expressão de Ribeiro (2002, p. 2) como uma emergente cultura tecno-científica marcada

pelos avanços tecnológicos que cada vez mais transformam nossas concepções sobre nossos corpos (cyborgs), nossas comunidades (virtuais) nossas formas de sociabilidades (copresença eletrônica) e obrigam a incluir novas problemáticas nas agendas políticas.

Esse novo universo, também denominado de

ciberespaço, rompe paradigmas do tempo e do espaço marcados pela modernidade, rearticula identidades e fronteiras criando como que um mundo paralelo, agora estruturado em redes e ambientes mediados por computador. Vivencia-se todo um novo contexto e uma nova racionalidade na produção do pensamento, das expressões estéticas, nas formas de conduzir e direcionar a vida pessoal e coletiva. Técnica e sociedade novamente se dialogam agora nesse no contexto da contemporaneidade pela mediação da comunicação.

Essas rupturas e novas fronteiras estão assinaladas desde uma afirmação precisa e sintética de Lemos (2006, p. 53) sobre a cibercultura e que segundo ele:

(...) caracteriza-se por três “leis” fundadoras: a liberação do pólo da emissão, o princípio de conexão em rede e a reconfiguração de formatos midiáticos e práticas sociais... Sob o prisma de uma fenomenologia do social esse tripé (emissão, conexão, reconfiguração) tem como corolário uma mudança social na vivência do espaço e do tempo. O objetivo é compreender a cibercultura analisando alguns de seus fenômenos atuais: os blogs, os pod-casts, os sistemas “peer to peer”, os softwares de fonte aberta e arte eletrônica.

As “três leis” configuram uma nova matriz relacional entre os agentes técnicos e humanos da comunicação. Há todo um conjunto de rupturas com o modelo vertical de comunicação massiva com deslocamentos de agentes, seus papéis e mecanismos de interação, os dispositivos técnicos e seus potenciais, criando um modelo horizontal da comunicação. Há um outro nexos relacional, uma outra lógica, com novas condições técnicas de manifestação das pessoas, dos conteúdos e produtos derivados desse mesmo nexos. A dimensão relacional e participativa se configura de

forma acentuada, para além do reconhecimento do receptor como sujeito/ator, sua marca na contemporaneidade.

Questões diversas surgem para indagar sobre como então conceber o sujeito do processo comunicacional agora liberado do pólo emissor quando todo o processo que possibilita essa liberação está na dependência de dispositivos técnicos cooptados ao sistema mais amplo que os mantém e disponibiliza, as bases do sistema capitalista. Miconi (2008, p. 159) indaga: Qual é, afinal, o sujeito histórico impulsionado pela transição em direção à sociedade de rede?

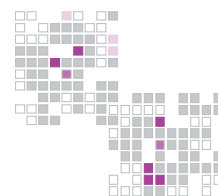
Há um processo que envolve a mediação de diferentes media, mas não se ateriam a eles como aconteceu no passado, como fim em si mesmo, mas como mediação na relação entre indivíduo e sociedade.

Questões ainda indagam sobre a efetiva ruptura do controle, do rompimento quanto ao poder do sistema socioeconômico, em suas múltiplas formas, conteúdos e estratégias, liberando de fato o processo de conexão em rede tanto quanto conferindo autonomia a criatividade, especialmente no contexto de uma sociedade desigual (Cazeloto, 2008).

Questões outras também assinalam a fragilidade da interatividade nesse processo quando não sua falácia nas práticas cotidianas (Monteiro, 2006).

Esses questionamentos traduzem uma indagação de fundo, ou seja, se à maneira das tradições de estudo da comunicação vertical, estas não seriam novas manifestações da mediação sistêmica, agora no âmbito de um novo “tempo e do espaço”, na pós-modernidade.

A mediação dos valores da sociedade em mutação encontraria eco e condições de alimentação exatamente nos valores que compartilha com os dispositivos da conectividade, uma dupla media-



ção estaria em curso: do lado da técnica, a libertação do polo emissor e consequente capacidade propositiva, criativa e argumentativa, e do lado do sistema social, em uma conexão que integra o indivíduo em redes e comunidades, atendendo a uma das maiores limitações do homem contemporâneo, a busca de uma identidade cultural, de razões e formas do estar junto social. As tecnologias proveriam, quando não substituiriam, diferentes lacunas de interação social que o próprio contexto da sociedade em mutação não possibilita ou engessou através das instituições de base da organização social moderna, e propiciando hoje condições para uma efetiva e atual cultura participativa (Millerand; Proulx; Rueff, 2010).

No contexto de mudanças que se dá na pós-modernidade a dimensão massiva da vida social estaria se manifestando agora na busca de identidades culturais arraigadas em individualidades ao mesmo tempo em que em coletivos desterritorializados de noções de tempo e espaço. Blogs e vários outros fenômenos dessa nova articulação técnica atenderiam exatamente demandas crescentes da sociedade voltada para tribos e grupos relacionais e em configuração marcada pela vivência do tempo presente e não mais pelo tempo linear, como na modernidade.

Apoiando a argumentação da existência de estreito nexos que aproxima ciberespaço e pós-modernidade, Lemos (2002, p. 97) adverte:

a cibercultura não é o resultado linear e determinista de uma programação técnica e social. Ela parece ser, ao contrário, o resultado de uma apropriação simbólica e social da tecnologia. O que vai caracterizar a cibercultura nascente não é um determinismo tecnocrático. Não se trata de excluir a socialidade, e tudo o que ela tem de trágico, violento, erótico ou lúdico como inimiga de uma sociedade racional, técnica e objetiva. A cibercultura não é uma cibernética da sociedade mas a tribalização da cibernética.

Práticas públicas de comunicação

Se a comunicação é um processo de *publicização*, de torná-la comum (Quéré, 1991), talvez o eixo central de mudança nessa configuração técnica e valorativa da comunicação atual esteja na possibilidade que oferece de ser espaço não só para um “se inserir” ativo, mas para uma inserção pública, em um comum social. Um processo que estimula e provoca o se expressar, o se expor, o participar, o contestar, o informar de idéias e valores morais e estéticos, identidades em exposição e debates, e importante, de forma social-pública. Uma sociabilidade que se exprime na publicização, enquanto processo de sua exposição pública, tanto quanto das dimensões de autonomia e de direito de inserção e de pertencimento nessa nova praça. Não se dá uma inserção técnica apenas, como na passagem de desconectado/conectado, mas através dela chega-se a relações de estar junto, participar, pertencer ao que é comum sem ser necessariamente sob o signo do massivo ou do opressivo. É bem verdade que cabe indagar sobre o que constitui no tempo e no espaço da contemporaneidade esse comum buscado, a qualificação do que o caracteriza no histórico do sistema mais amplo que o envolve tanto quanto nas muitas e simultâneas perspectivas que o expressam na vida cotidiana.

Castells é enfático ao caracterizar a importância do ciberespaço no surgimento de uma nova sociabilidade, de um sistema de relações sociais centrado no indivíduo. Admite que “o novo padrão de sociabilidade em nossas sociedades é caracterizado pelo individualismo em rede” (2003, p. 108). As comunidades, retomadas hoje em seu termo, mas desenraizadas da concepção de espaço físico e de lugares, são dimensionadas segundo os espaços sociais que ocupam, exercendo igualmente um poder de mediação entre os indivíduos e as redes de relacionamento.

Essa postura interpretativa é polêmica pelas implicações de uma polarização por demais valo-

Não se dá uma inserção técnica apenas, como na passagem de desconectado/conectado, mas através dela chega-se a relações de estar junto, participar, pertencer ao que é comum sem ser necessariamente sob o signo do massivo ou do opressivo.

rativa do poder da técnica sobre a individualidade. Flichy (2004), em instigante trabalho sobre o tema do individualismo conectado, aponta para a importância de se levar em conta as múltiplas mediações presentes nas relações entre tecnologias da comunicação e da informação e o que vem sendo criticamente denominado de “a sociedade do individualismo conectado”, ou ainda, de “comunicação de massa individual”. Castells se insere de alguma forma nessa questão quando assinala a emergência desde o ciberespaço, de uma cultura que ele denomina de *comunicação de massa pessoal*, ou “*mass self communication*” (2007, p. 248). Uma especial configuração que dá ao espaço público.

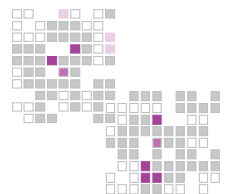
A dupla mediação entre técnica e sociedade se expressaria nesse novo contexto, com deslocamentos fundamentais em seu efeito-produto, ou seja, o enraizamento derivado não se volta mais para o fim consumo, como no modelo massivo, mas ainda que com o consumo e através dele busque algo além, chegar a um resultante na interatividade, nas possibilidades do que poderia ser denominado de uma efetiva chance de um estar junto realmente “publicado”, ou “publicizado”, a sociabilidade efetivada de fato, do privado individual ao espaço relacional tornado público em suas múltiplas linguagens e sentidos valorativos apoiados em inúmeros dispositivos técnicos de conexão. A estrutura de redes de socialização traz em si mesma a noção de que é uma socialização publicizada.

A convivência cotidiana com os media verticais e horizontais reforçaria a construção contemporânea de uma prática de socialização buscada, tornada pública e não apenas consentida ou de-

rivada na exposição e uso de diferentes media. A construção da opinião pública, marca da atuação da comunicação vertical, estaria sendo questionada à medida que a construção dessa mesma opinião estaria agora sob o pressuposto da participação, da individualidade, elementos fundamentais de uma construção autônoma mais do que passiva de valores e de sua crítica (Lemos; Levy, 2010).

Tem-se, então, expressão a afirmação de Levy (1994) de que “o espaço cibernético está na origem de uma nova arquitetura... de uma nova pólis que está se constituindo”. Já nos estudos sobre comunicação e sociedade desenvolvidos desde o século passado essa temática da *publicização* vem sendo trabalhada, nas fronteiras com os estudos sobre esfera pública e opinião pública, o público e o privado e suas implicações política e social.

Essas questões centralizadas na discussão do espaço público têm envolvido desde a década passada um grande fluxo de posições interpretativas e que se expressam se reportando ora à denominação de esfera pública política (Habermas, 1984), ora à característica de espaço de exposição e cena de argumentos (Gomes, 1998), espaço que reproduz a diferença e a pluralidade da sociedade contemporânea, portanto um espaço público necessariamente de conflito, e por isso mesmo, um espaço fragmentado (Miège, 1999), um espaço de demandas coletivas e de possibilidades de um espaço público virtual (Ribeiro, 2002), um novo espaço público (Lemos, 2010). A perspectiva da sociabilidade publicizada aqui, sendo apontada como dimensão do espaço público contemporâneo, encontra aí condições instigantes e oportunas para serem aprofundadas.



Atente-se ainda que nas práticas de vida cotidiana se expressaria agora uma outra e renovada prática de recepção mediática marcada pela identificação dos processos de construção e objetivização da subjetividade e de seu enraizamento no tecido social. Uma prática onde o receptor se coloca ao lado de todo um outro processo, como que ao mesmo tempo paralelo, próximo e convergente, marcado pelo seu poder interpretante e pelo seu papel de autonomização diante de si e da sociedade, do privado e do público, do individual e do comum social, do local ao global. Seria não mais apenas o reconhecimento da emergência de receptor, ao mesmo tempo autônomo e por isso mesmo também autor, ou, um auto-receptor, mas de sua dimensão social, de seu pertencimento pela exposição pública de seu estar junto social. Tredan (1991, p. 42) sugere que essa perspectiva pode envolver também a automatização, em um fluxo de dupla mediação entre autonomização e automatização. Mais do que uma potencialidade interativa no mundo simbólico o receptor se transforma ao assumir como seu objeto o espaço de mediações que se dá na experiência das práticas culturais, das práticas públicas, do espaço de relacionamento onde se concretiza a comunicação como vínculo social (Sodré, 2001).

É nessa perspectiva que Delarbre (2009, p. 83) assinala:

Hipoteticamente, a televisão ou os jornais diários poderiam existir sem os telespectadores ou leitores. Entretanto, a Internet não é um meio - ou meio dos meios como consideram alguns - no qual as mensagens sejam geradas a partir de emissores tão concentrados que não exijam necessariamente receptores. Mais ainda, a noção convencional que nos esquemas mediáticos tradicionais distingue emissores e receptores, na Rede tende a ficar corrompida porque, como lembramos antes, cada receptor, ao menos hipoteticamente, está em condições de ser também emissor.

A dimensão de passividade que lhe era atribuída pela verticalidade da emissão na comunicação massiva dá agora ao receptor, senão uma instrumentalidade técnica de ator frente a tais meios massivos, mas a possibilidade de uma interatividade simbólica ativa, especialmente quando estimulado pela convivência com os dispositivos facultados pela estrutura de redes. A possibilidade de acesso tanto a mídias verticais quanto horizontais, secundado ainda pelo fato de que tais mídias em seus suportes e dispositivos já se intercomunicam em estratégias de veiculação como de produção de conteúdos traz uma rearticulação do lugar do antigo receptor no processo da comunicação. Estrutura-se, pois, como as práticas de comunicação podem ser entendidas na contemporaneidade, na possibilidade crescente de práticas públicas, onde os elos privado-público, individualidade/subjetividade/publicização encontram novos contornos interativos.

Se retomadas as palavras de Levy (1994, p. 2) ainda que em um outro contexto interpretativo, aqui tem sentido especial sua afirmação de que

o leitor passa a participar da própria redação do texto à medida que ele não está mais na posição passiva diante de um texto estático, uma vez que ele tem diante de si não uma mensagem estática, mas um potencial de mensagem. Então, o espaço cibernético introduz a idéia de que toda leitura é uma escrita em potencial.

Práticas de pertencimento

As proposições atuais sobre o sentimento de pertencimento não têm sua origem no âmbito disciplinar da comunicação. É um conceito ligado em sua origem histórica ao de comunidade e se estrutura desde os campos da antropologia e da sociologia. A necessidade do pertencimento, já enquanto sentimento (Williams, 1979), é expressão obrigatória da alteridade, a indiscutível

necessidade do outro, e o próprio modo como ela se realiza, aí sim, no campo objeto da comunicação. Esse sentimento de pertencer não é muito diferente da necessidade de inclusão social. A diferença, talvez disciplinar, é ligada ao objeto próximo que motiva essas necessidades, é o que identifica e reforça a sua razão de ser: pertencer ao comum, o mundo simbólico que agrega imaginário e práticas de vida individual e coletiva, pertencer ao que coletivamente justifica o estar junto, o relacionar. É o pressuposto inerente e natural da sociabilidade tornada pública. Por outro lado o pertencer se confunde com a comunidade, espaço talvez privilegiado e não único da troca interativa, espaço onde se realiza o estar junto.

O conceito de pertencimento tanto quanto o de inclusão, a princípio parecem contraditórios. O contexto de uma sociedade desigual, econômica, política e economicamente pode deixar implícita a discussão do que motivaria então buscá-la como objeto de pertencimento-inclusão, especialmente pela pressuposição de um “igual”, um “único”, a ausência da diferença ou mesmo do conflito.

A concepção original de comunidade opondo-se àquela mais ampla significada pela sociedade, é hoje resgatada e atualizada. Comunidade não se restringe ao relacionamento marcado pela visibilidade física ou territorial e geográfica de seus agentes. Hoje, por exemplo, no âmbito das mídias horizontais, mais do que envolvendo o pertencimento às redes de sociabilidades primárias representadas pela família, pela religião ou pela etnia, ela se coloca como visibilidade agregadora dos sentidos que mais imediatamente objetivam o estar junto: comunidade de interesses, comunidade política, comunidade virtual, e tantas outras, como que vulgarizando e tornando usual o que na prática vem se tornando o modo contemporâneo de subsistência coletiva em uma sociedade que se não abdicou também não ampliou a igualdade de direitos e condições, para além das promessas e utopias desde a mo-

deridade. As dimensões ora de relacionamento humano, ora político, econômico e cultural encontram aí território de inserção social (Tassin, 1992).

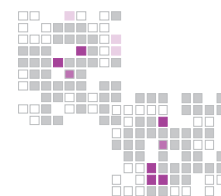
Entende-se como componente da relação pertencer-comunidade na contemporaneidade o elo decorrente com identidade. Mais do que uma circunstância, o pertencer ao que é comum é a própria condição da subsistência, ou seja, da identidade. O cenário da contemporaneidade que propicia o ressurgimento e atualização do pertencimento e da comunidade, é também o que o subentende e o justifica, um contexto marcado como nunca pela fragmentação, pela desi-

O sentimento de pertencimento não se confunde, pois, com o de apassivamento derivado da ação da proposição dos media, não é subalterno, não é o resultado necessário da sedução que exerce ou da hegemonia com que se situa na vida contemporânea.

igualdade, propiciando o redimensionamento das instituições e dos circuitos de exercício do público e do privado, dos padrões de assentamento e de convivência, da preocupação com a qualidade de vida, da nova elaboração do próprio.

Já diria Canclini, há “a redefinição do senso de pertencimento e identidade organizado cada vez menos por lealdades locais ou nacionais e mais pela participação em comunidades transversais e desterritorializadas de consumidores...” (1995, p. 28).

A crise contemporânea de pertencimento expressa a crise de identidade frente a outra mais ampla, a da própria modernidade e de seus pressupostos prometidos mas não realizados. Esses deslocamentos e descentramentos que envolvem o sujeito justificam porque as temáticas do pertencimento, da cidadania, da inclusão social e da democracia se reportam a uma mesma matriz, aquilo que em Weber é apontado na razão mo-



tivadora do pertencimento, ou seja, um buscado comum social, real ou imaginário.

Justifica-se porque na literatura dos estudos culturais, se aponte desde a comunidade imaginada, segundo Anderson, porque identidade como processo simbólico se reporta também à busca de algo comum imaginado, razão do pertencimento.

Essa dimensão do mundo simbólico na esfera mais abrangente do imaginário pode ser apontada como o eixo que, como um elo, objetiva um sentimento do estar junto. Se a identidade nacional pode ser vista como uma comunidade imaginada, é esse mundo imaginário que acaba sendo por onde o mundo real se torna visível. É como o invisível-imaginário sustenta o outro, o do real visível.

Um comum que se insere no espaço público como um espaço participativo de conversa pública na pluralidade e diversidade, não só dos suportes da mídia vertical, mas também das muitas e também diversas ferramentas que compõem o mundo da cibercultura. Uma efetiva inserção no que Mieke (1999) denomina como marca da comunicação contemporânea, as relações públicas generalizadas.

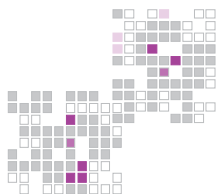
Assim, a relação entre pertencimento-comunidade-comum mediado pelas ferramentas da informação e da comunicação tem aí a ponte com as muitas práticas de comunicação mediada por tecnologias massivas e pós-massivas. A perspectiva de identidade no contexto de uma sociedade fragmentada e desigual, marcada por descentramentos os mais diversos, tem nos media o por onde a visibilidade do estar junto social se materializa, por onde se objetiva aquela necessidade de origem subjetiva enraizada na alteridade. O deslocamento das instituições sociais básicas tanto quanto do Estado no contexto de uma sociedade globalizada e em mutação bem pode indi-

car o porquê da centralidade mediática, do papel aglutinador da informação, do lugar estratégico que a ficção pode servir para compensar o real não vivido tanto quanto para alimentar um real como um desejo, ainda que imaginado.

A recepção mediática, pois, se de um lado ainda é, no contexto dos media de massa ligada inexoravelmente à emissão e seus suportes e interesses, também tem esse lado oculto, o de um sujeito que responde pela mídia indagações que não estão de imediato na preocupação de sentidos das programações mediáticas, mas subentendidos nela mesma, como que indicando o comum disponível, visível e tornado real. O mesmo se dá com as práticas interativas pós-massivas, ainda que sob outro princípio epistemológico, diverso do que fundamentou até agora a denominação de recepção mediática, termo aqui mantido apesar das muitas rearticulações que o envolvem como em mutação, como exposto anteriormente.

O sentimento de pertencimento não se confunde, pois, com o de apassivamento derivado da ação da proposição dos media, não é subalterno, não é o resultado necessário da sedução que exerce ou da hegemonia com que se situa na vida contemporânea.

O tema do pertencimento, ainda que nas limitações semânticas de sua origem ou mesmo nas limitações com que se afirmou em práticas acadêmicas contemporâneas, ainda não atualizadas e renovadas, se liga necessariamente ao que aqui vem sendo proposto como plausível, ou seja, de que as práticas de comunicação são práticas públicas de pertencimento a um comum, onde os medias massivos e os dispositivos e ferramentas pós-massivos se colocam como mediadores de um espaço simbólico que alimenta o estar junto contemporâneo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet*. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2003.
- CASTELLS, Manuel. Communication, power and counter-power in the network society. *International Journal of Communication, USA*, n. 1, p. 238-266, 2007.
- CAZELOTO, Edmilson. *Inclusão digital: uma visão crítica*. São Paulo: Editora Senac, 2008.
- CHAMBAT, Pierre. Espace public, Espace privé: le role de la mediation technique. In: PAILLIART, Isabelle. *L'espace public et l'emprise de la communication*. France: Ellug, 1995.
- DELARBRE, Raul Trejo. Internet como expressão e extensão do espaço público. *Revista Matrizes*, São Paulo, v. 2, n. 2, 2009.
- ESCOSTEGUY, Ana. Carolina. *Quando a recepção já não alcança: por uma revisão no objeto e no método*. São Paulo: GT. Recepção, Usos e Consumo Mediático. Compós, 2008.
- FLICHY, Patrice. L'Individualism connecté entre la technique numerique et la société. *Revue Reseaux*, França, Paris, n. 124, 2004.
- FLORIS, Bernard. *Les mediations sociales dans l'evolution de l'espace public*. Thèse de Doctorat. Université Stendhal. Grenoble, France. 1991.
- GOMES, Wilson. Esfera pública política e media: com Habermas, contra Habermas. In: RUBIN, A. A. C. et al. (Orgs.). *Produção e recepção dos sentidos mediáticos*. Petrópolis: Compós/EditoraVozes, 1998.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Brasileiro, 1984.
- HEIDEGGER, Martin. *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Editora Vozes. 2002.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1972.
- JENKINS, Henry. *Cultura da Convergência*. São Paulo: Ed.Aleph, 2009.
- LEMOES, André. *Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002.
- LEMOES, André. Cibercultura-remix. In: DENIZE, C. A. (Org.). *Imagem(ir) realidade cotidiana comunicação e cibermídia*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006.
- LEMOES, Andre; LEVY, Pierre. *O futuro da internet*. São Paulo: Editora Paulus, 2010.
- LEVY, Pierre. *A emergência do cyberspaço e as mutações culturais*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Festival Usina de Arte e Cultura, 1994. [Palestra realizada em out. 1994].
- MARCONDES FILHO, Ciro. Comunicação Ano Zero. *Rev. Comunicação e Política*, São Paulo, ano 9, n. 1, 1990.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, M. W. (Org.). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- MARTIN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1997.
- MICONI, Andrea. Ponto de virada: A teoria da sociedade em rede. In: DI FELICE, M. *Do público para as redes*. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008.
- MIÊGE, Bernard. *A sociedade tecida pela comunicação*. São Paulo: Editora Paulus, 2009.
- MIÊGE, Bernard. O espaço público: perpetuado, ampliado e fragmentado. *Revista Novos Olhares*, São Paulo, n. 3, 1999.
- MILLERAND, Florence; PROULX, Serge; RUEFF, Julien. *Web Social: mutacion de la comunicacion*. Canada, Quebec: Presses de L'Université du Quebec, 2010.
- MONTEIRO, Marcio Wariss. *A falácia da interatividade: crítica das práticas glocais na cibercultura*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica, PUC, São Paulo, 2006.
- QUÉRÉ, Louis. D'un modele epistemologique de la communication a um modele praxeologique. *Rev.Reseaux*, Paris, n. 46/47, 1991.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *El espacio publico virtual*. Brasília: Editora UnB, 2002. [Série Antropológica, n. 318, Departamento de Antropologia].
- RÜDIGER, Francisco. *Martin Heidegger e a questão da técnica*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006.
- SANTAELLA, Lucia. *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. São Paulo: Editora Paulus, 2007.
- SOUSA, Mauro Wilton (org). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- SOUSA, Mauro Wilton. Recepção mediática e novos media: rearticulações práticas e conceituais. *Revista Novos Olhares*, São Paulo, ECA/USP, n. 20, p. 10-22, 2007.
- TASSIN, Étienne. Espace commun ou espace public: l'antagonisme de la communauté et de la publicité. *Rev.Hermés*, Paris, n. 10, 1992.
- TREDAN, Olivier. Do weblog aos blogs de adolescentes. *Rev. Comunicação*, Faculdade Casper Líbero, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 41-59, 2009.
- VAZ, Paulo. *Mediação e tecnologia*. In: MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. A *genealogia do virtual*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2004.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

